



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**AVALIAÇÃO DA COMPETITIVIDADE BRASILEIRA:
RELAÇÃO ENTRE O *RANKING* GLOBAL DE COMPETITIVIDADE E A TAXA DE
INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NA ECONOMIA**

RAFAEL VARGAS CORRÊA

Monografia apresentada ao Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande (ICEAC/FURG), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Paulo Renato Lessa Pinto

Rio Grande, RS

Dezembro de 2014

Corrêa, Rafael Vargas

Avaliação da Competitividade Brasileira: Relação entre o *Ranking* Global de Competitividade e a Taxa de Investimento Estrangeiro Direto na Economia. / Rafael Vargas Corrêa. – Rio Grande: ICEAC/ FURG, 2014.

[42p] il.

Monografia (Graduação). – Universidade Federal do Rio Grande.

Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis.

Rio Grande, RS – BR, 2014.

1. Competitividade
2. Investimento Estrangeiro Direto (IED)
3. *Global Competitiveness Index (GCI)*
4. *World Economic Forum (WEF)*
5. Pilares da Competitividade.

Catálogo na Publicação
Biblioteca Central – FURG

“A escola é o sistema através do qual a sociedade se livra das crianças perguntadoras.
Os que sobrevivem a esse processo são chamados de cientistas”.

Hermann Bondi.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pois sem ele eu não teria forças para essa longa jornada. Também a todos os meus colegas e amigos que contribuíram para execução deste trabalho. A estas e àquelas pessoas que, de maneira indireta, incentivaram a sua conclusão, dirijo meus sinceros agradecimentos.

A todos os professores que me acompanharam durante a graduação. Em especial ao professor Paulo Renato Lessa Pinto, meu orientador, por ter me despertado a curiosidade pela economia internacional e ter me ajudado na conclusão deste trabalho.

Por fim, à minha família, por sua capacidade de acreditar e investir em mim. Especialmente aos meus pais e irmãos pelo cuidado, dedicação e segurança de que não estou sozinho nessa caminhada. A presença de vocês foi que, em muitos momentos, me deu esperança para seguir em frente.

RESUMO

O *Global Competitiveness Index* (GCI) é um parâmetro mundial de competitividade que permite avaliar o desenvolvimento da economia local em relação a outras economias mundiais. Países mais competitivos, muitas vezes, têm maior capacidade de absorção de Investimento Estrangeiro Direto (IED), já que se tornam economias mais desenvolvidas. Embora o Brasil seja um dos principais países a atrair esse tipo de capital, a relação IED/PIB – que mede a taxa de investimentos externo na economia – caiu em relação a 2001. Da mesma forma, a competitividade nacional vem perdendo espaço para outras economias mundiais, já que a melhor posição ocupada pelo Brasil, desde 2001, foi no primeiro período, quando o país era a 48ª economia mais competitiva do mundo. Tais dados nos permitem avaliar a relação funcional existente entre o *ranking* de competitividade apresentado no *Global Competitiveness Report* (GCR) e a taxa de IED na geração de riqueza do país.

ABSTRACT

Global Competitiveness Index (GCI) is a global competitive parameter for assessing the development of the local economy in relation to other economies in the world. Most competitive countries often have greater Foreign Direct Investment (FDI) absorption capacity, as they become more developed economies. Although Brazil is one of the leading countries to attract this type of capital, the ratio FDI/GDP - which measures the rate of foreign investment in the economy - fell over if compared to 2001. Similarly, national competitiveness has been losing ground to other worldwide economies, as the best position occupied by Brazil since 2001 was in the first period, when the country was the 48th most competitive economy in the world. These data allow us to evaluate the functional relation between the competitiveness ranking in the Global Competitiveness Report presented (GCR) and the FDI rate in the generation of the country's wealth.

SUMÁRIO:

RESUMO	5
ABSTRACT	5
1. Introdução	7
1.1. Revisão Bibliográfica	9
2. Metodologia	12
2.1. Composição dos Pilares do <i>Global Competitiveness Index</i>	13
3. Resultados e Discussões	19
3.1. Investimento Estrangeiro Direto (IED)	19
3.2. Produto Interno Bruto (PIB)	20
3.3. IED como Proporção do PIB	22
3.4. Avaliação do <i>Ranking</i> Global de Competitividade e seus pilares	24
3.5. Relação Entre Competitividade e IED	34
4. Considerações finais	37
5. Referências Bibliográficas	39

1. Introdução

O presente trabalho objetiva analisar a competitividade do Brasil avaliada pelo *World Economics Forum* (WEF) e a sua relação com a atração de Investimento Estrangeiro Direto (IED) de 2007 a 2013. O IED será apresentado como uma proporção do Produto Interno Bruto (PIB) contrastado com evolução do índice de competitividade do Brasil. Dessa forma, será obtida uma visão geral dos fluxos externos dirigidos para o país, verificando qual a relação existente entre a atração de IED e competitividade. Posto o problema, o objetivo do presente trabalho é (1) apurar os fluxos de Investimento Estrangeiro Direto para o Brasil, no período 1994 a 2013, (2) calcular a proporção de IED em relação ao PIB, no período de 1994 a 2013; (3) Analisar, no período 2007-2014, os pilares da competitividade do Brasil (4) avaliar a posição brasileira no ranking de competitividade e compará-la com a proporcionalidade do IED em relação ao PIB no período de 2001 a 2013.

A Competitividade de um país é um dos parâmetros que permite avaliar o desenvolvimento da economia local em relação a outras economias mundiais. O *World Economic Forum* (WEF) define competitividade como sendo um conjunto de instituições (ou requerimentos básicos), políticas e fatores que determinam o nível de produtividade de um país, levando em consideração a importância da interação entre fatores sistêmicos, empresariais e setoriais da economia. Para mensurar o nível de competitividade dos países, há mais de três décadas, o WEF publica anualmente um indicador de competitividade nacional denominado *Global Competitiveness Index* (GCI), que é calculado pela compilação de dados privados e públicos, considerados os pilares da competitividade, os quais, juntos, formam um retrato global da competitividade de um país.

O GCI trata-se de um indicador mais abrangente, pois possui a capacidade de agrupar tanto fatores macro como microeconômicos relevantes para a evolução competitiva de uma economia. Tal evolução está relacionada com a capacidade que um país tem de atrair Investimento Estrangeiro Direto (IED), pois o fluxo de investimento estrangeiro direto, afeta positivamente a competitividade entre as empresas já existentes e, conseqüentemente, aumentam sua produtividade. Porter (1999) defende que o padrão de vida de um país, depende da capacidade de suas empresas de atingir altos níveis de produtividade (e de continuar aumentando-a ao

longo do tempo). O crescimento sustentado da produtividade exige que a economia sempre se aprimore a si mesma.

O IED representa uma aposta de longo prazo das empresas, ou seja, o país investidor tem objetivo controlar a produção, distribuição e outras atividades de uma empresa local. O IED é o tipo de investimento mais desejado pelo país anfitrião, pois traz consigo novas tecnologias e produtos mais competitivos, forçando as empresas locais a se desenvolverem para não perder mercado interno. No entanto, a entrada de IED é condicionada não somente por fatores relativos à indústria, mas também por características relativas a incertezas macroeconômicas, políticas e institucional do país hospedeiro.

Tais características são absorvidas pelo índice de competitividade que organiza os países em três grupos de acordo com a sua fase de desenvolvimento. A fase *factor-driven* (baseada em fatores de produção) é dominada por agricultura de subsistência e negócios de extração, com grande participação de mão de obra e recursos naturais. Na fase *efficiency-driven* (baseada em eficiência), o desenvolvimento é acompanhado pela industrialização e pela maior dependência em economias de escala, com a predominância de grandes organizações de capital intensivo. Conforme o desenvolvimento avança para a fase *innovation-driven* (baseada em inovação), os negócios se tornam mais intensivos em conhecimento e o setor de serviços se expande.

Os relatórios disponibilizados pelo WEF são anuais. Dessa forma, existe um *ranking* que cataloga a competitividade dos países desde 1979. Desde então, o cálculo do GCI foi modificado algumas vezes para acompanhar o dinamismo das economias, objetivando adequar-se às variáveis mais relevantes capazes de aumentar a produtividade de um país e, conseqüentemente, a sua competitividade. O foco do trabalho será verificar qual a relação entre o *ranking* de competitividade apresentado WEF e a atração de IED para a economia brasileira, pois – como apresentado – o IED é uma importante fonte para evolução da produtividade e, conseqüentemente, aumento da competitividade.

2. Revisão Bibliográfica

O tema competitividade chama a atenção quando se fala em desenvolvimento econômico, ganhando força com o crescimento da internacionalização e abertura de novos mercados. Segundo OCDE (1996) *apud* Arruda *et al* (2010), a competitividade das nações está relacionada à sua capacidade em dar suporte às companhias para competirem nacional e internacionalmente, enquanto incrementam os níveis de emprego e renda do país, sendo o governo e as empresas seus principais *players*. Por hipótese, essas últimas, somente serão competitivas se a nação lhes fornecer as devidas condições.

Krugman (2005) afirma que a competitividade é vista como a competição entre nações pelo mercado mundial. No entanto, Porter (1990), afirma que "o conceito mais adequado para competitividade é a produtividade". Nesse sentido, Coutinho & Ferraz (1992), consideram que a capacidade competitiva é formada em um contexto em que haja ambiente de livre mercado e competição de forma que "a produtividade das empresas, aferida por indicadores nacionais e internacionais, está ligada à capacidade dos governos, ao comportamento da sociedade e aos recursos naturais e construídos, o que as permite conquistar e assegurar fatias do mercado".

Porter (1990) analisa que, o principal objetivo de um país consiste em proporcionar um padrão de vida elevado e crescente para os cidadãos. A capacidade, para tanto, depende da produtividade com que o trabalho e o capital atuam. A produtividade dos recursos humanos determina os salários dos empregados, a do capital, estabelece o retorno gerado para seus detentores. De acordo com Salvatore (2001) *apud* Rivera *et al* (2007), as motivações para execução de investimentos diretos são geralmente as mesmas que se aplicam para investimentos em portfolio, isto é, obtenção de altos retornos – possivelmente resultante de taxas de crescimento mais altas no exterior, de tratamento tributário mais favorável, ou maior disponibilidade de infraestrutura – ou diversificação de riscos.

Krugman *et al* (2005) contesta, porém, a utilização do termo competitividade de nações com o mesmo sentido da esfera empresarial. Segundo ele, os países não concorrem entre si como se fossem corporações transnacionais. Primeiro, porque não

desaparecem do mercado quando perdem competitividade ou se tornam incapazes de saldar seus débitos. Segundo, porque ao contrário do que ocorrem com as empresas, as transações internacionais não formam um jogo de soma zero, e o crescimento da produtividade em determinado país, quase sempre provoca efeitos positivos entre todos aqueles com os quais mantém transações comerciais, tanto através da difusão de inovações quanto da possibilidade de incremento do intercâmbio.

Segundo Garelli (2006) *apud* Oliveira *et al.* (2008), o conceito de competitividade envolve fatores que vão desde fluxos de comércio e questões monetárias como também, comportamento do consumidor e a cultura da sociedade. Enfatiza a importância de uma infraestrutura tecnológica de qualidade para o contexto competitivo futuro da nação. O autor reforça que a interação entre governo, firmas e universidades é fundamental para a competitividade e para a atração de Investimento Direto Estrangeiro (IDE), considerando que essa associação é a forma mais eficiente de se transpor a fronteira tecnológica e de conhecimento dentro de um país. Conclui, dessa forma, que a função dos governos é dar condições ao ambiente competitivo de forma favorável a seu próprio desenvolvimento.

Com o objetivo de testar estatisticamente a capacidade de previsão e de explicação dos indicadores de competitividade do WEF em relação ao produto interno bruto e a sua capacidade de influenciar as variações do produto interno futuro da nação, Oliveira *et al.* (2008) utilizaram um modelo econométrico de mínimos quadrados ordinários (MQO). Os resultados encontrados pelos autores mostram que os indicadores que apresentam maiores capacidades de determinação sobre o Produto Interno Bruto são os sub-ítems de tecnologia e inovação.

Blanchard (2007) mostra que a taxa de crescimento do produto por trabalhador é determinada pela taxa de progresso tecnológico, a qual é alcançada através de investimentos em atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) pelas empresas. Dessa forma, o que determina o progresso tecnológico é a produtividade do processo de pesquisa e a apropriabilidade dos resultados da pesquisa. Garelli (2006) *apud* Oliveira *et al.* (2008), enfatiza que cria-se um ambiente competitivo através de impostos, fomento à educação, pesquisa, serviços de saúde e do desenvolvimento dos

setores de P&D. Na concepção de Porter (1990), o comércio internacional e os investimentos externos são capazes não apenas de melhorar, mas também de ameaçar a produtividade nacional. Eles se fortalecem ao permitir que os países se especializem naqueles setores e segmentos nos quais suas empresas são mais produtivas, e a importar nos casos em que a produtividade é menor.

Em suma, termo competitividade é conceituado, pelos autores acima, em diversas óticas. No entanto, há consenso de que para um país se tornar mais competitivo é preciso que alguns fatores determinantes, como produtividade, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento, estejam alinhados com os objetivos das empresas, universidades e, principalmente, dos governos, que serão os responsáveis pela estrutura básica para que isso ocorra. Tais determinantes fazem parte da composição do *GCI*, dando base para a construção do ranking de competitividade divulgado pelo WEF.

2. Metodologia

Para investigação proposta neste trabalho, serão considerados dados sobre competitividade e atração de Investimento Estrangeiro Direto pelo Brasil. O objetivo será identificar qual a relação entre os tópicos, pois segundo Garelli (2006) *apud* Oliveira *et al* (2008), a interação entre governos, firmas e universidades é fundamental para a competitividade e para a atração de IED, sendo a forma mais eficiente de se transpor a fronteira tecnológica e de conhecimento dentro de um país.

Para avaliação do nível competitivo do Brasil, foram retirados dados anuais do *Global Competitive Report* (GCR) no período de 2001-2014, totalizando-se treze anos de dados. Tais informações compõem o *Global Competitiveness Index* (GCI) que é disponibilizado anualmente pelo *World Economic Forum*. O objetivo desse levantamento é desmembrar o GCI e, assim, obter uma avaliação mais concreta de seus subíndices. Dessa forma, foram geradas tabelas e, posteriormente, gráficos da evolução temporal desses dados para um período mais curto - 2007 a 2014 – pois, a partir desse ano, o pilar “Eficiência do Mercado” não foi mais considerado no cálculo do GCI.

Para avaliar os fluxos reais de investimento externo, o IED será comparado com a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) no período de 1994 a 2013. Dessa forma, pode ser mensurada a significância do IED em relação ao PIB. Os dados sobre IED foram retirados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no endereço eletrônico www.ipea.gov.br. Os dados sobre PIB foram retirados do *World Bank*, no endereço eletrônico www.worldbank.org. Após, será analisado como o nível competitivo da economia pode ter afetado a atração de IED nos últimos sete anos.

Os indicadores foram estudados anualmente, refletindo algumas tendências na estrutura produtiva do país. Sendo que o resultado da interação entre eles nos indicará qual a relação funcional existente entre Investimento Estrangeiro Direto e Competitividade. Ainda, de forma analítica, será possível identificar quais dos doze pilares que compõem o GCI possuem maior peso para que o Brasil continue a atrair cada vez mais esse tipo de investimento externo. Abaixo, encontram-se os pilares do GCI e seus componentes.

2.1. Composição dos Pilares do *Global Competitiveness Index*

O Índice Global de Competitividade é, atualmente, dividido em três grupos: requerimentos básicos, potenciadores de eficiência e fatores de inovação. Tais categorias são formadas por doze subíndices, considerados os pilares da competitividade que, juntos, buscam determinar o grau de competitividade dos países. Tais pilares são constituídos por outros componentes que buscam avaliar setores específicos das economias. São eles:

- **Primeiro Pilar: Instituições**

O ambiente institucional é formado pelo ambiente jurídico e administrativo no qual os indivíduos, empresas e governos interagem para gerar riqueza. A qualidade das instituições tem uma forte influência sobre a competitividade e o crescimento do país. Além disso, as atitudes do governo em relação aos livres mercados e a eficiência de suas operações também são muito importantes.

Componentes: 1) Direitos de propriedade, 2) proteção intelectual, 3) desvio de fundos públicos, 4) Confiança pública nos políticos, 5) Pagamentos irregulares e subornos, 6) Independência jurídica, 7) Favoritismo nas decisões de autoridades governamentais, 8) Desperdício de gastos do governo, 9) Peso da regulamentação governamental, 10) Eficiência jurídica na resolução de problemas, 11) Eficiência do quadro legal em regulamentos desafiadores, 12) Transparência das políticas do governo, 13) Custos de negócios de terrorismo, 14) Custos de negócios do crime e da violência, 15) Crime organizado, 16) Confiabilidade dos serviços policiais, 17) Comportamento ético das empresas, 18) Força de normas de auditoria e relatórios 19) Eficácia dos conselhos de administração 20) Proteção dos interesses dos acionistas minoritários 21) Força de proteção dos investidores.

- **Segundo Pilar: Infraestrutura**

É considerado um fator determinante para a instalação de empresas em determinadas regiões. Um país que contenha uma infraestrutura bem desenvolvida reduz o efeito da distância, integrando os mercados. Sua qualidade, afeta

significativamente o crescimento econômico, diminuindo a pobreza e a desigualdade de renda de diversas maneiras.

Componentes: 1) Qualidade da infraestrutura geral, 2) Qualidade das estradas, 3) Qualidade da infraestrutura ferroviária, 4) Qualidade da infraestrutura portuária, 5) Qualidade da infraestrutura do transporte aéreo, 6) Poltrona de avião disponível km/semana, milhões 7) Qualidade no fornecimento de eletricidade, 8) Assinaturas de telefonia móvel 9) Linhas telefônicas fixas.

- Terceiro Pilar: Desenvolvimento Macroeconômico

A estabilidade macroeconômica é importante para os negócios e, por consequência, importante para a competitividade global de um país. No entanto, sozinha, não é capaz de aumentar a produtividade, mas sua instabilidade é prejudicial para a economia. Um governo com alto índice de endividamento não conseguirá prestar serviços de forma eficiente. Em suma, a economia não pode crescer de forma sustentável, a menos que o ambiente macroeconômico seja estável.

Componentes: 1) Saldo orçamental do governo 2) Poupança nacional bruta 3) Inflação 4) Dívida pública 5) Nota de crédito do país.

- Quarto Pilar: Saúde e Educação Primária

Uma força de trabalho saudável é vital para que um país seja competitivo e produtivo. A falta de saúde leva a custos significativos para as empresas, diminuindo sua eficiência. Além disso, a educação básica aumenta o rendimento individual dos trabalhadores. O baixo nível educacional leva o trabalhador a realizar tarefas mais simples, contribuindo menos para a elaboração ou execução de inovações e, conseqüentemente, torna-se um obstáculo ao desenvolvimento.

Componentes: 1) Impacto da malária nos negócios, 2) Incidência da malária 3) Impacto da tuberculose nos negócios 4) Incidência da tuberculose 5) Impacto do HIV/AIDS nos negócios 6) Predominância do HIV 7) Mortalidade infantil 8) Expectativa de vida 9) Qualidade da educação primária 10) Educação primária.

- Quinto Pilar: Nível Médio e Educação Superior

A globalização econômica atual exige trabalhadores cada vez mais qualificados e capacitados para realização de tarefas mais complexas. Este pilar mensura o nível médio e as taxas de matrícula do ensino superior, bem como a qualidade da educação avaliada pelos líderes empresariais.

Componentes: 1) Taxa de matrícula do ensino médio 2) Taxa de matrícula do ensino superior 3) Qualidade do sistema educacional 4) Qualidade no ensino de matemática e ciências 5) Qualidade da gestão de escolas 6) Acesso à internet em escolas 7) Disponibilidade de local de pesquisa especializada e serviços de treinamento 8) Extensão da formação de pessoal.

- Sexto Pilar: Eficiência do mercado de Bens

Economias que mantêm a livre concorrência tornam-se mais produtivas, garantindo o crescimento das empresas que se mostrarem mais eficientes. O melhor ambiente, nesse caso, é a mínima intervenção do estado na economia. Caso ocorra, haverá distorções, prejudicando a competitividade através de impostos onerosos ou regras rígidas sobre a entrada de Investimento Estrangeiro Direto (IED). Medidas protecionistas levam a uma redução da atividade econômica agregada, além de reduzirem a concorrência e, conseqüentemente, reduzem a capacidade de inovação dos indivíduos e das empresas.

Componentes: 1) Intensidade da concorrência local 2) Extensão da posição dominante no mercado 3) Eficácia de políticas antimonopolistas 4) Efeito da tributação sobre os incentivos para investir 5) Taxa de imposto total 6) Número de procedimentos necessários para montar um negócio 7) Tempo necessário para iniciar um negócio 8) Custos políticas agrícolas 9) Predominância de barreiras comerciais 10) Tarifas comerciais 11) Predominância de propriedade estrangeira 12) Impacto nos negócios relativo às regras de IED 13) Peso dos procedimentos aduaneiros 14) Importações em porcentagem do PIB 15) Grau de orientação para o cliente 16) Sofisticação das compras.

- Sétimo Pilar: Eficiência do Mercado de Trabalho

A eficiência e a flexibilização do mercado de trabalho são fundamentais para garantir que os trabalhadores sejam alocados de uma forma mais produtiva na economia. Assim, é preciso haver menos burocracia, permitindo a livre flutuação dos salários e dos trabalhadores de uma atividade para outra, com rapidez e baixo custo. A rigidez do mercado leva a um maior nível de desemprego, motivo que, ultimamente, tem elevado o nível de desemprego entre os jovens.

Componentes: 1) Cooperação nas relações entre empregador e trabalhador 2) Flexibilidade de determinação dos salários 3) Práticas de contratação e demissão 4) Despesas com demissões 5) Efeito da tributação sobre os incentivos ao trabalho 6) Pagamento e produtividade 7) Dependência de gestão profissional 8) Capacidade do país para reter talentos 9) Capacidade do país para atrair talentos 10) Participação feminina no mercado de trabalho.

- Oitavo Pilar: Desenvolvimento do Mercado Financeiro

Um setor financeiro eficiente aloca sua poupança para os setores mais produtivos da economia. Ele irá canalizar esses recursos para investimentos ou projetos empresariais com as maiores taxas de retorno. Portanto, uma completa e adequada avaliação do risco é um “ingrediente chave” de um mercado financeiro saudável. Portanto, economias com um mercado financeiro sofisticado dispõem de boas regularizações da bolsa de valores, além de transparência do setor bancário. Tais determinantes aumentarão a confiança na economia local.

Componentes: 1) Disponibilidade de serviços financeiros 2) Acessibilidade dos serviços financeiros 3) Financiamento através do mercado de ações locais 4) Facilidade de acesso ao crédito 5) Disponibilidade de capital de risco 6) Solidez dos bancos 7) Regulamento das bolsas de valores 8) Índice de direitos legais

- Nono Pilar: Prontidão Tecnológica

Esse pilar mede a agilidade com que uma economia adota as tecnologias existentes para melhorar a produtividade de suas indústrias. O acesso e a utilização da

tecnologia da informação e comunicação (TIC) são fundamentais para o aumento da prontidão tecnológica dos países. Entretanto, a sua natureza é irrelevante para a capacidade de aumentar a produtividade. O ponto central é que as empresas que operam no país precisam ter acesso aos produtos e projetos mais avançados. Entre as principais fontes de tecnologia estrangeira, o IED desempenha, muitas vezes, um papel fundamental, especialmente para os países em um estágio menos avançado de desenvolvimento tecnológico.

Componentes: 1) Disponibilidade de tecnologias mais recentes 2) Absorção de tecnologia ao nível da empresa 3) FDI e transferência de tecnologia 4) Utilizadores da internet 5) Assinaturas de internet de banda larga fixa 6) Largura de banda de internet 7) Assinaturas de banda larga móvel

- Décimo Pilar: Tamanho do Mercado

O tamanho do mercado afeta a produtividade, uma vez que mercados maiores permitem que as empresas aloquem seus recursos de forma mais eficiente. Tradicionalmente, o tamanho do mercado para as empresas tem sido limitado pelas fronteiras nacionais. Porém, na era da globalização, os mercados domésticos, especialmente para os pequenos países, são substituídos pelos mercados internacionais. Assim, as exportações podem ser consideradas como substitutas para a demanda doméstica, aumentando o tamanho do mercado.

Componentes: 1) Tamanho do mercado interno 2) Tamanho do mercado externo 3) PIB – Paridade do poder de compra 4) Exportações como porcentagem do PIB

- Décimo Primeiro Pilar: Sofisticação dos Negócios

A sofisticação dos negócios é favorável para uma maior eficiência na produção de bens e serviços. Nesse pilar, dois pontos estão intimamente ligados: a qualidade da rede de negócios mundiais do país e a qualidade das operações e estratégias das empresas individuais. Quando empresas e fornecedores estão reunidos em *clusters*, a eficiência é elevada. Nesses grupos, há uma maior oportunidade de inovação, além de

reduzir as barreiras à entrada de novas firmas. Tais fatores são particularmente importantes para os países com um grau avançado de desenvolvimento.

Componentes: 1) Quantidade de fornecedor local 2) Qualidade do fornecedor local 3) Estado de desenvolvimento do *cluster* 4) Natureza da vantagem competitiva 5) Distância da cadeia de valor 6) Controle da distribuição internacional 7) Sofisticação do processo de produção 8) Extensão da comercialização 9) Disposição para delegar autoridade.

- Décimo Segundo Pilar: Inovação

O último pilar da competitividade se concentra em inovação tecnológica. Apesar de serem importantes para o crescimento da competitividade, alguns pilares anteriores crescem a retornos decrescentes. No longo prazo, os padrões de vida podem ser melhorados pela inovação tecnológica, aumentando o ganho de produtividade das economias à medida que se aproximam as fronteiras do conhecimento, aumentando a possibilidade de gerar maior valor agregado aos produtos domésticos. Países menos desenvolvidos podem aumentar a sua produtividade adaptando a sua produção a tecnologias já existentes. No entanto, empresas localizadas em países que já atingiram um grau de desenvolvimento maior, devem projetar e desenvolver produtos de ponta para manter uma vantagem competitiva. Essa progressão exige um ambiente que seja propício para a atividade inovadora, apoiado pelo setor público e privado. Em particular, isso significa uma forte aplicação de recursos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) por parte desses setores. Um aumento dos investimentos será de extrema importância para o crescimento econômico sustentável.

Componentes: 1) Capacidade para inovação 2) Qualidade das instituições para pesquisa científica 3) Gastos das empresas com P & D 4) Colaboração das indústrias e universidades com P & D 5) Aquisição de produtos avançados em tecnologia por parte do governo 6) Disponibilidade de cientistas e engenheiros 7) Pedidos de patente.

3. Resultados e Discussões

Esta seção está dividida em cinco subseções. Na primeira, discute-se a importância da atração de IED pelo país hospedeiro, expondo os fluxos dirigidos para o Brasil desde 1994. A segunda trata da geração de riqueza do país, ou seja, como o PIB vem se comportando nas últimas duas décadas. A Terceira avalia a relação IED/PIB, identificando qual a participação do IED no crescimento econômico no período de 1994 a 2013.

Posteriormente, a quarta subseção apresenta a evolução brasileira no *ranking* de competitividade global de 2001 a 2014. Na quinta, é apresentada a relação entre o nível competitivo do Brasil e os níveis de IED como proporção do PIB para o período de 2001 a 2013.

3.1. Investimento Estrangeiro Direto

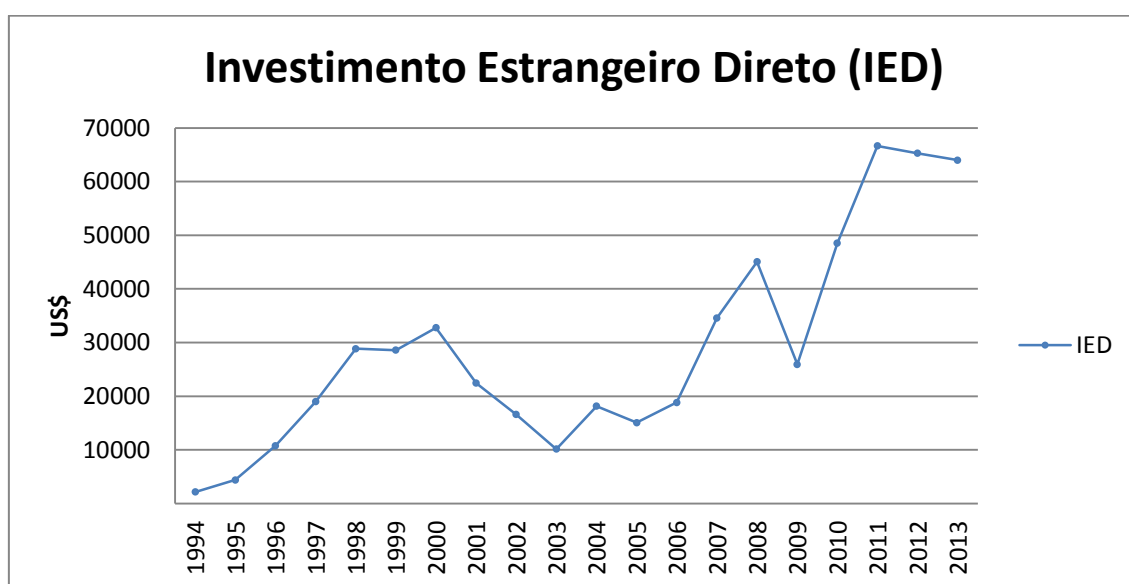
Atualmente, os movimentos nos fluxos de IED são bastante complexos e estão ligados não apenas a uma série de fatores que rodeiam o ambiente competitivo em que as firmas atuam, mas também às características econômicas dos países hospedeiros e remetentes. Por essa razão, conforme exposto por Júnior *et al* (2008), compreender o desempenho do IED no Brasil é de fundamental importância para entender o desempenho recente da economia brasileira.

Laplane *et al* (2001) verificou que a partir do início dos anos 1990, a regulação ao capital estrangeiro sofreu importantes mudanças que progressivamente foram sendo eliminadas com as restrições à atuação do capital externo no país. A flexibilização do monopólio do petróleo, a eliminação da distinção entre empresa brasileira de capital nacional e de capital estrangeiro, a autorização para as empresas estrangeiras atuarem na pesquisa e na exploração mineral e os estímulos do Governo Federal para a participação de sócios estrangeiros na privatização das telecomunicações e da energia foram algumas medidas que, junto com a abertura comercial, resultaram em um ambiente econômico mais atrativo para as atividades de internacionalização produtiva e financeira das empresas multinacionais no Brasil.

A Figura 1 representa dados sobre o fluxo de Investimento Estrangeiro Direto na economia brasileira de 1994 a 2013. A série tem início nesse período, pois é o momento em que se inicia a estabilidade econômica com a implementação do plano real. Assim, pode-se observar que o fluxo de IED aumentou consideravelmente no período, atingindo US\$ 66 bilhões no ano de 2011, decrescendo levemente nos anos seguintes.

Na transição de 2008 para 2009 houve abrupta queda nos fluxos externos, quando o IED caiu de um patamar de US\$ 45 bilhões para US\$ 25 bilhões, respectivamente, devido à crise econômica mundial, momento em que – como apresentado por Freitas M. (2009) – houve forte retração da atividade econômica das economias centrais associada ao movimento de desalavancagem do sistema financeiro e de deflação dos ativos, se traduzindo em um menor dinamismo do comércio mundial.

Figura 1 – Investimento estrangeiro direto para o Brasil (em milhões de US\$)



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

3.2. Produto Interno Bruto

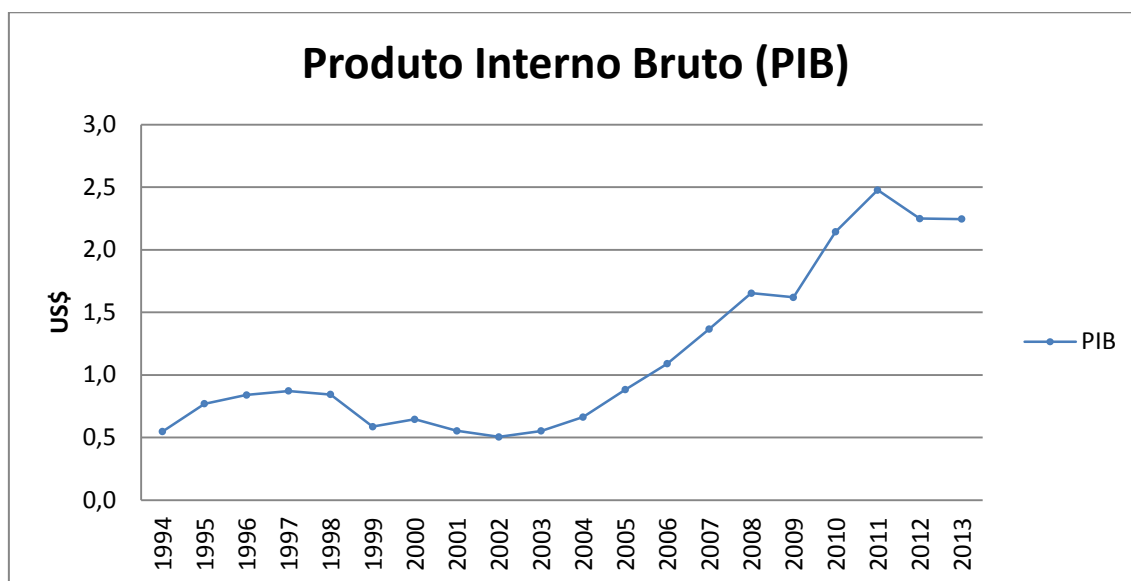
O Produto Interno Bruto (PIB) é o indicador mais utilizado da atividade econômica, dando uma noção do ritmo em que o país produz riqueza. Por definição, segundo Sandroni (1999), PIB se refere ao valor agregado de todos os bens e serviços

finais produzidos dentro de um país, independente da nacionalidade dos proprietários desses bens e serviços. Nesse sentido, como definido por Feijó *et al* (2012), o PIB não foi criado para medir o progresso, o bem-estar ou a qualidade de vida, mas tão somente para medir o crescimento econômico, através de transações que possam ser mensuradas em valores monetários.

Assim como o IED, os dados sobre PIB (Figura 2) também serão expostos a partir de 1994 (ano em que se obteve a estabilidade econômica) até 2013 (último período disponível para análise). Segundo Bresser Pereira *et al* (2002), pode-se distinguir três fases de política econômica de 1994 a 2002. Em uma primeira etapa, depois de aberta a economia, foi alcançada a estabilização dos preços através da neutralização da inércia e de uma âncora cambial somada a juros elevados. A prioridade era a estabilização de preços. Na segunda etapa, foram implementadas importantes reformas. Na terceira etapa, foi abandonado o câmbio rígido e efetuado significativo ajuste fiscal. Com isso liberou-se a política monetária (taxa de juros) para objetivos internos, e o câmbio flutuante poderá equilibrar o setor externo.

Ainda, segundo Bresser Pereira *et al* (2002), a estabilidade monetária alcançada pelo governo Fernando Henrique Cardoso só será a fundação que deverá sustentar a nova fase de desenvolvimento brasileiro. Nesse sentido, do primeiro de análise período até 2002, o crescimento é comprometido devido aos ajustes sofridos. Graficamente, observando-se os resultados da Figura 2, torna-se evidente que o Brasil vem obtendo consecutivos anos de prosperidade econômica a partir de 2003 - ao menos quando se trata de crescimento econômico - saindo de um PIB de US\$ 504 bilhões em 2002 para mais de US\$ 2,2 trilhões em 2013, obtendo um crescimento em torno de 1200%.

Figura 2 – Produto Interno Bruto da economia Brasileira (em trilhões de US\$)

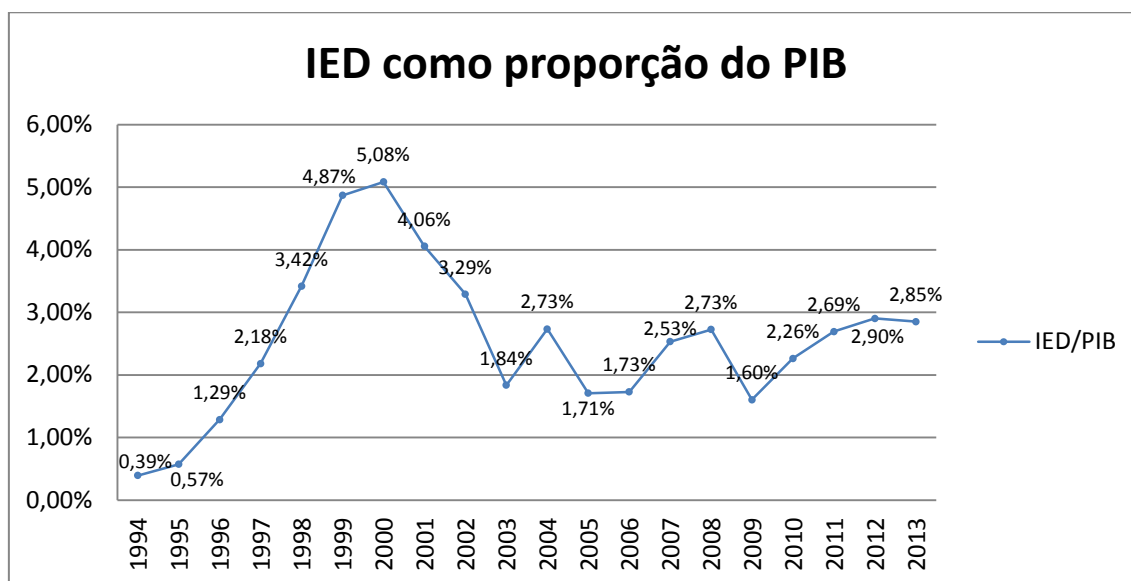


Fonte: World Bank

3.3. IED como proporção do PIB

Gregory *et al* (2005) explica que no começo da década de 1990, foi implementado um conjunto de medidas liberalizantes, de forma a promover a abertura comercial ao exterior e a desregulamentação do mercado interno. A carência de investimentos que se refletia na precariedade dos serviços de infraestrutura, principalmente nas áreas de energia, telecomunicação, transportes e portos levou à implementação da fase inicial do programa de privatizações. Além dessas iniciativas, que contribuíram para melhorar o ambiente para a realização de investimentos estrangeiros no País, o Governo brasileiro também renegociou sua dívida externa e implementou o Plano Real, com objetivo de conter o processo inflacionário vivenciado pela economia brasileira até 1994. A relação IED/PIB, apresentada na Figura 3 mostra, em termos percentuais, qual a significância do Investimento Estrangeiro Direto na geração de riqueza do país.

Figura 3 – Investimento estrangeiro direto no Brasil (1994 a 2013) dividido pelo PIB



Fonte: Elaborado através de dados retirados do IPEA e *World Bank*

De acordo com Mariano *et al* (1997), o quadro econômico brasileiro, a partir de 1994, apresentou algumas rupturas e novidades com relação às tendências verificadas ao longo dos anos 80 e início dos anos 90. Em 1994 o país atraiu cerca de US\$ 2,1 bilhões em IED, representando 0,39% do PIB brasileiro. Ainda, segundo Mariano *et al* (1997), uma das características de destaque é a estabilização. Para tanto, dois fatores foram decisivos: os processos de abertura comercial (redução das tarifas nominais e efetivas) e a eliminação de barreiras não tarifárias e de valorização cambial, contribuindo para uma estrutura de menor proteção ao mercado doméstico, promovendo uma crescente pressão das importações.

Seis anos depois – em 2000 – a relação IED/PIB cresceu para 5,08%. Segundo Mariano *et al* (1997), o fluxo de IED no início dos anos 90 esteve fortemente associado a um processo de racionalização e modernização da estrutura produtiva. Define, ainda, que a necessidade premente de redução de custos e aumento de competitividade, para fazer frente às importações efetivas ou potenciais e, em menor medida, para a busca de novos mercados que pudessem suprir parcialmente a perda (absoluta ou relativa) do mercado doméstico restringido, estimulou a adoção de estratégias de especialização e de complementaridade produtiva e comercial.

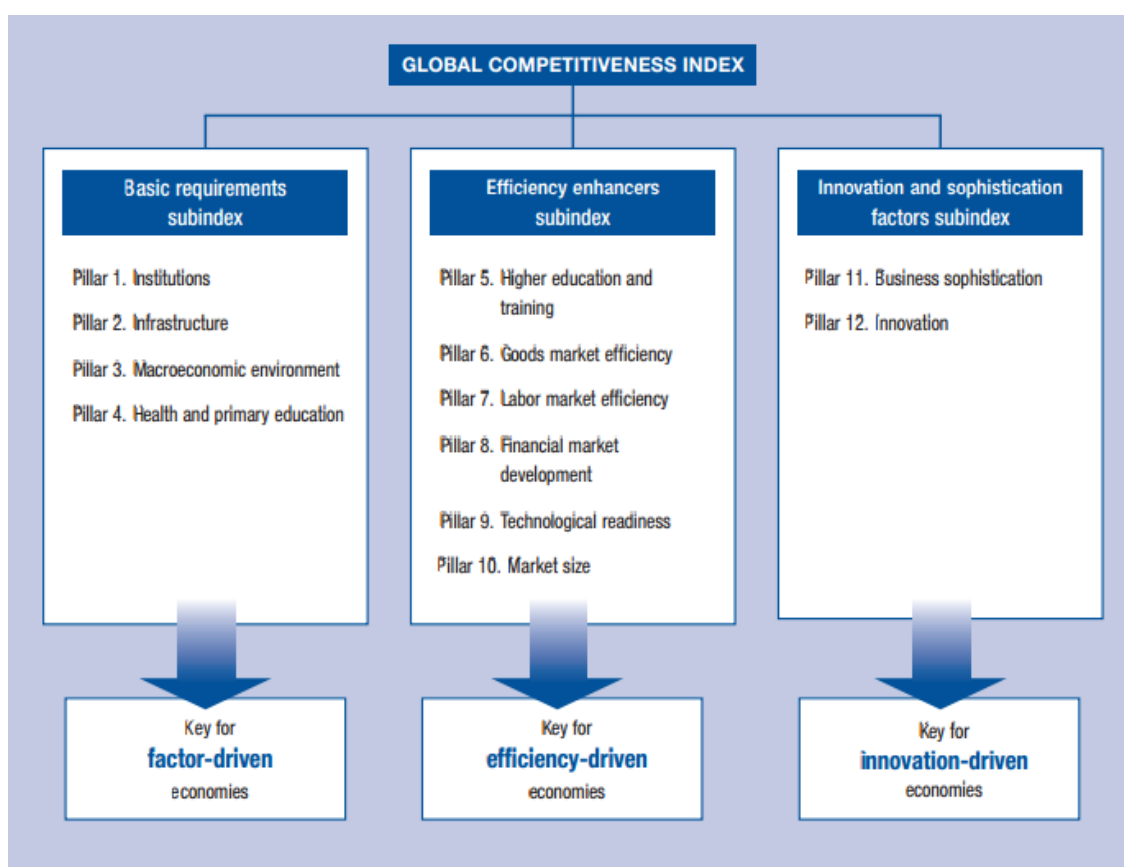
Dessa forma, segundo Gregory *et al* (2005), pelo ambiente macroeconômico estável, e pelas políticas de desregulamentação e de privatização, então implementadas, em 2000, os fluxos brutos de IED para o país atingiram o recorde, até o período, de US\$ 32,7 bilhões. No entanto, os fluxos externos de investimentos não se mantiveram estáveis e reduziram-se drasticamente em função de turbulências no cenário internacional e de instabilidades domésticas causadas, principalmente, pela transição política, chegando a representar 1,84% do PIB em 2003. Somente em 2004 os ingressos de IED voltaram a apresentar sinais de recuperação com o registro de US\$ 18,1 bilhões, representando 2,4% do PIB. Posteriormente, após esse período de ajustes, a relação IED/PIB não sofre grandes oscilações, apresentando uma inclinação positiva de 2005 até 2013. Nesse último período, o IED apresenta uma participação de 3,4% no PIB.

3.4. Avaliação do Ranking Global de Competitividade e seus pilares

O *Global Competitiveness Index* (GCI), apresentado no *Global Competitiveness Report* (GCR) 2004-2005, foi desenvolvido pelo especialista em crescimento econômico Xavier Sala-i-Martin. A partir de então, tornou-se único, sendo usado como base comparativa para a competitividade das nações a partir de 2006. Mesmo assim, ano a ano os pilares sofrem alguns reparos e alterações para atender ao dinamismo da economia mundial.

Em 2004-2005 eram doze os pilares. No relatório seguinte, esse número caiu para nove, e, finalmente, no relatório de 2007-2008, voltaram-se a considerar os doze pilares (diferentes aos de 2004-2005). Por ser considerado ineficiente para mensurar o grau de eficiência do setor bancário nos países, no relatório 2012-2013, o *spread* bancário foi retirado do pilar “Ambiente Macroeconômico”. A Figura 4 apresenta os pilares que determinam o nível de produtividade de um país, tendo em conta o seu nível de desenvolvimento.

Figura 4 – Distribuição dos pilares por subíndices



Fonte: *Global Competitiveness Report 2013-2014*

O GCI leva em consideração a fase de desenvolvimento dos países, atribuindo pesos relativos distintos, dado seu estágio de desenvolvimento. Dessa forma, a importância relativa de cada pilar depende do desenvolvimento individual dos países. Para isso, dois critérios são utilizados, alocando os países em diferentes estágios de desenvolvimento.

O primeiro é o nível do PIB per capita em taxas de câmbio de mercado. O segundo é utilizado para ajustar os países que mudaram de nível através da renda elevada. Com tudo, em grande parte, esse aumento se deve à extração de recursos naturais. Essa porcentagem é medida através das exportações de bens minerais nas exportações totais. Os pesos atribuídos a cada subíndice, em cada fase de desenvolvimento, são mostrados na Tabela 1.

Tabela 1: Renda inicial e peso para cada grupo, por estágio de desenvolvimento

	Estágios de Desenvolvimento				
	Estágio 1*	Transição	Estágio 2*	Transição	Estágio 3*
PIB per capita (U\$)	<2,000	2,000-2,999	3,000-8,999	9,000-17,000	>17,000
Peso - Requerimentos Básicos	60%	40-60%	40%	20-40%	20%
Peso - Potenciadores de Eficiência	35%	35-50%	50%	50%	50%
Peso - Inovação e Sofisticação dos Fatores	5%	5-10%	10%	10-30%	30%

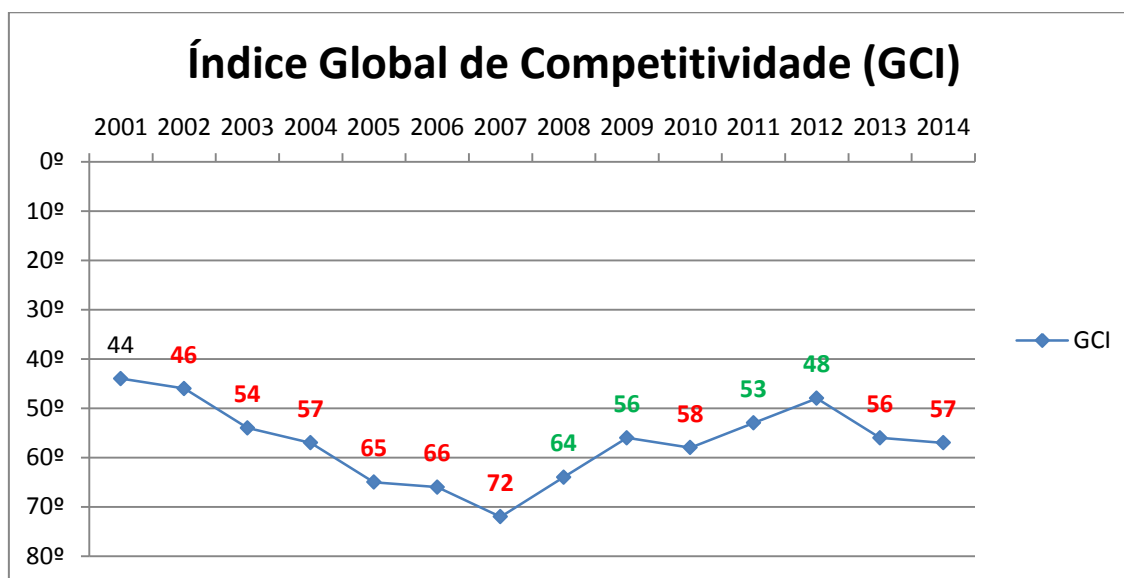
Fonte: Relatório Global de Competitividade, 2013.

*Os estágios 1, 2 e 3 representam, respectivamente: *factor-driven*, *efficiency-driven* e *innovation-driven*.

O *World Economic Forum* (WEF) define competitividade como sendo um conjunto de instituições (ou requerimentos básicos), políticas e fatores que determinam o nível de produtividade de um país, levando em consideração a importância da interação entre fatores sistêmicos, empresariais e setoriais da economia. Dessa forma, criou-se o *Global Competitiveness Index*, com a intenção de mensurar o nível competitivo de diversos países, identificando os principais fatores que tornam uma nação mais competitiva. Tais fatores são divididos em 12 subíndices, considerados os pilares da competitividade.

Analisando a Figura 5, verificam-se peculiaridades com a atração de IED, pois da mesma forma que o cenário de incerteza política causou a queda do IED a partir do início dos anos 2000, a competitividade brasileira, segundo o GCI, também oscilou de forma negativa. No primeiro período da amostragem, o país encontrava-se na 44ª posição, obtendo consecutivas quedas até 2007, quando atingiu o menor nível nos 13 anos avaliados. Segundo o GCI, em seu Relatório Global de Competitividade de 2007-2008, o país fez progressos notáveis em direção à consolidação das finanças públicas, reduzindo seu endividamento público.

Figura 5 – Evolução do Brasil no ranking de competitividade global



Fonte: *Global Competitiveness Report 2001-2014*

Houve certa melhora nos anos de 2008 e 2009, quando o país pulou para a 64ª e 56ª posição, respectivamente. Essa melhora, segundo *Global Competitiveness Report 2008-2009*, deve-se a continuidade do país em reduzir a dívida pública, que passou de 65,5% do PIB em 2007 para 47% em 2008. Além disso, o relatório apontou que o Brasil foi uma fonte líquida de IED, representando um ponto positivo para o aumento da competitividade. Em 2008, o principal grupo de pilares que obteve crescimento foi “Potenciadores de Eficiência” obtendo melhora em quatro dos seis subíndices: eficiência do mercado de bens (6º pilar), eficiência do mercado de trabalho (7º pilar), desenvolvimento do mercado financeiro (8º pilar) e tamanho do mercado (10º pilar). Além disso, também houve melhora nos pilares instituições (1º pilar) e ambiente macroeconômico (3º pilar), pertencentes ao grupo Requerimentos Básicos.

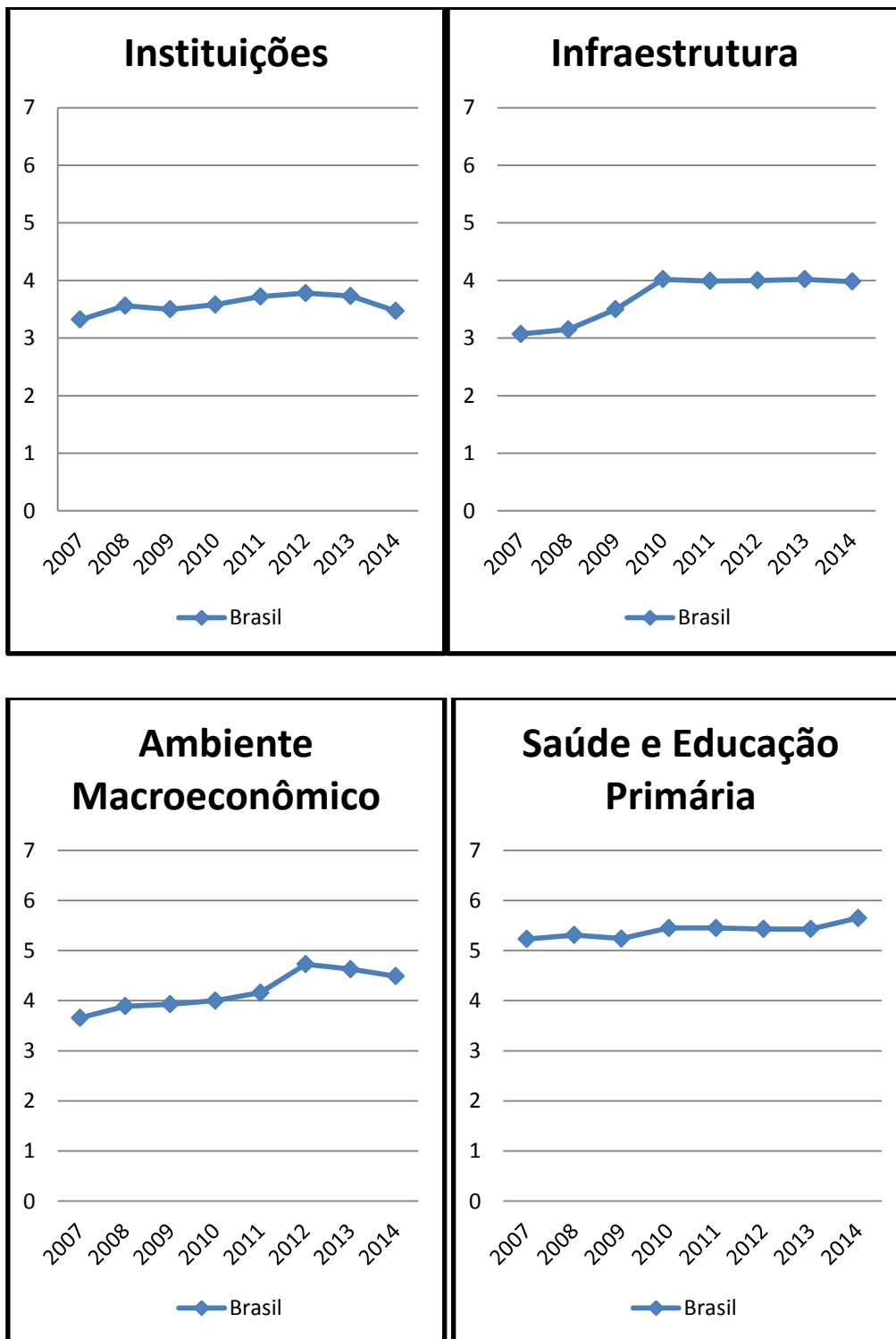
Verificando os cinco anos seguintes, podem-se identificar melhoras na posição brasileira nos anos de 2011 e 2012, quando o país ocupou as posições 53 e 48, respectivamente. Uma avaliação importante para esse período é que praticamente todos os doze pilares que compõem o índice de competitividade sofreram variações positivas. Em 2011, apenas os subíndices “tamanho de mercado” (10º pilar) e “inovação” (12º pilar) que, respectivamente, compõem os grupos “potenciadores de eficiência” e “fatores de inovação e sofisticação”, oscilaram de forma negativa. No ano

seguinte, infraestrutura (2º pilar), desenvolvimento do mercado financeiro (8º pilar), sofisticação dos negócios (11º pilar) e inovação (12º pilar) foram os pilares em que o país apresentou um baixo desenvolvimento. Essa suba de posições deve-se muito, segundo os relatórios do GCR (2010-2011; 2011-2012), ao tamanho do seu mercado interno - que seguiu em expansão - e a um ambiente de negócios sofisticado, surgindo importantes economias de escala. No entanto, se for analisado separadamente o intervalo 2009-2014, o gráfico da competitividade nacional apresenta-se de forma lateral, o que sinaliza para uma estagnação da competitividade nos últimos seis anos.

Analisando separadamente os pilares que compõe o grupo “Requerimentos Básicos” (Figura 6), verifica-se que o primeiro pilar “Instituições” que avalia o ambiente jurídico e administrativo do país, não sofre grandes variações de 2007 a 2014, saindo do *score* de 3,32 para 3,47, respectivamente. Analisando o intervalo por completo, nota-se que, graficamente, o pilar move-se lateralmente. Já a infraestrutura, avaliada no segundo pilar, obteve um bom crescimento de 2007 a 2010, saindo do *score* de 3,07 para 4,02. No entanto, está praticamente estagnado o seu crescimento desde então. A estabilidade macroeconômica - mensurada no terceiro pilar – obteve um bom desenvolvimento nos oito anos avaliados. De 2007 a 2012 o “Ambiente Macroeconômico” saiu do *score* 3,66 para 4,73, decrescendo levemente nos anos seguintes para 4,49 no relatório de 2014.

O último pilar do grupo “Requerimentos Básicos”, que avalia a saúde e educação primária de um país, também não apresentou grandes oscilações no período, saindo de um patamar de 5,23 em 2007 para 5,65 em 2014. Essa estabilidade do quarto pilar pode afetar diretamente o último – que avalia a capacidade de inovação de um país – pois, conforme o Relatório Global de Competitividade, o baixo nível educacional leva o trabalhador a realizar tarefas mais simples, contribuindo menos para a elaboração ou execução de inovações, tornando-se um obstáculo para o desenvolvimento. Embora o valor do *score* seja elevado quando comparado com os outros onze pilares, nos oito anos de estudo, a melhor posição ocupada pelo Brasil nesse pilar foi em 2009, quando o país foi o 79º colocado.

Figura 6 – Requerimentos Básicos: primeiro grupo de pilares que compõe o GCI



Fonte: *Global Competitiveness Report*, 2006-2007 a 2013-2014.

O segundo grupo de indicadores (Figura 7) é composto por seis pilares, começando pelo Nível Médio e Educação Superior (quinto dos doze subíndices) que avalia, segundo o GCR, entre outros itens, a taxa de matrícula do nível médio e superior. Nesse pilar, o país não sofreu grandes oscilações no ranking de 2007 a 2013. Porém, no último intervalo estudado, houve um forte crescimento no *score* (saindo de 4,22 para 4,92), impactando nas posições ocupadas pelo Brasil nesse pilar, subindo do 72º lugar para 41º.

A livre concorrência, que avalia a interferência governamental nos mercados é medida no sexto pilar. Segundo o GCR, o melhor ambiente é onde ocorra a mínima intervenção do estado na economia, onde não haja regras rígidas sobre a entrada de IED no país. Nesse subíndice, o *score* da economia brasileira, praticamente, não sofreu alteração (3,8 em 2007 para 3,85 em 2014). No entanto, essa estagnação reflete diretamente no ranking, pois outras economias apresentaram avanços significativos, justificando a queda brasileira quando, no primeiro ano de análise, o Brasil ocupava a 97ª posição, descendo para o 123º lugar em 2014.

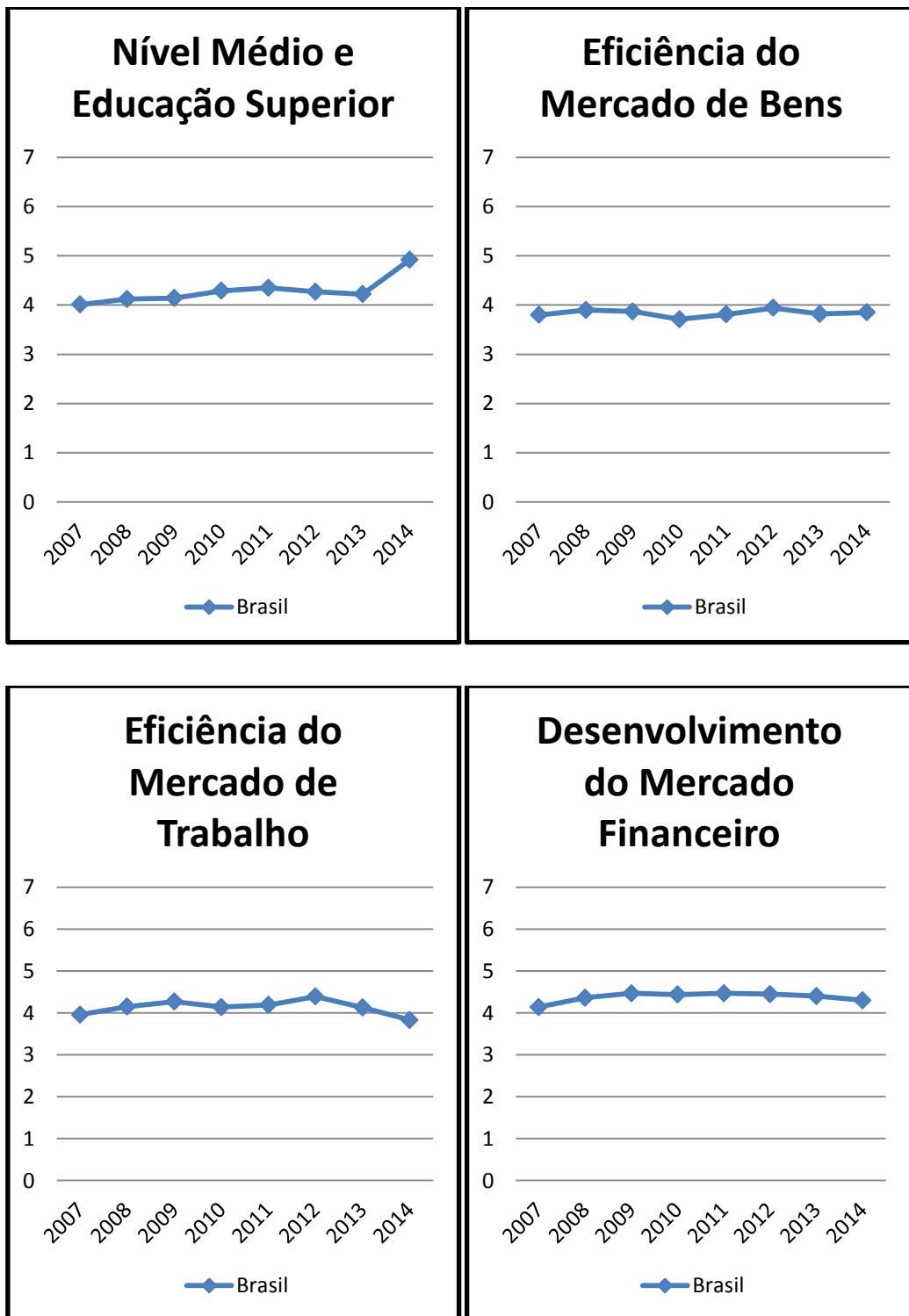
A eficiência do mercado de trabalho é refletida no sétimo pilar e, segundo o GCR, é fundamental para que os trabalhadores sejam alocados de uma forma mais produtiva na economia. Embora tenha havido oscilações em seu *score*, graficamente há uma estagnação (3,96 em 2007 para 3,83 em 2014) pouco refletindo na posição brasileira nesse pilar. Em 2007 o Brasil era a 114ª economia em eficiência, subindo para 109ª posição em 2014, evoluindo cinco posições.

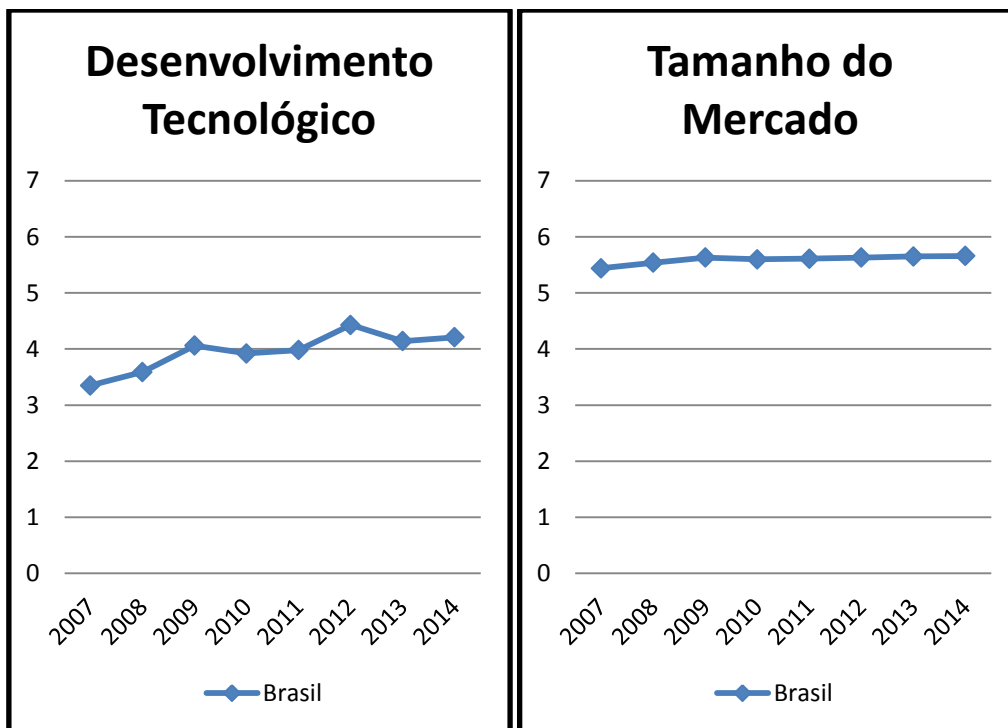
Outro subíndice que está dentro do grupo “Potenciadores de Eficiência” é medido através do desenvolvimento do mercado financeiro, sendo considerado o oitavo pilar do índice de competitividade global. Segundo o GCR, economias que dispõem de boa regularização das bolsas de valores, além de transparência do setor bancário, são consideradas um mercado financeiro sofisticado. Na análise desse pilar, pode-se verificar que o mercado financeiro não obteve um bom desenvolvimento nos oito anos avaliados. No ano base do estudo, o *score* do Brasil era 4,14. No último ano, essa pontuação era de 4,3. No entanto, quando comparado a outras economias, o Brasil avançou vinte posições nesse subíndice (73º em 2007 para 53º em 2014).

O desenvolvimento tecnológico de um país é estudado no nono pilar do GCI e, conforme explica o GCR, ele mede a agilidade com que uma economia adota as tecnologias existentes para melhorar a produtividade de suas indústrias. Dessa forma, o ponto central é que as empresas que operam no país precisam ter acesso aos produtos e projetos mais avançados, sendo que o IED desempenha, muitas vezes, um papel fundamental nesse caminho. Quando avaliado somente o *score*, o desenvolvimento tecnológico foi o terceiro pilar que mais cresceu nos oito anos de avaliação. Contudo, quando analisado a posição brasileira nesse pilar, percebe-se que, embora tenha havido um aumento (3,35 em 2007 para 4,21 em 2014), quando comparado com outras economias, ocorreu uma queda de posição no período (de 55º para 58º). Logo, embora tenha ocorrido uma melhora na pontuação, outras economias obtiveram melhores resultados do que o Brasil.

O subíndice em que o país apresenta melhor resultado é representado pelo décimo pilar do índice de competitividade, sendo o último do grupo “Potenciadores de Eficiência”. Esse pilar avalia o tamanho do mercado interno, pois – de acordo com o GCR – o tamanho do mercado afeta diretamente a produtividade de um país. Em 2007 o Brasil era considerado o 10º colocado do ranking, atingindo um *score* de 5,44. Houve uma pequena melhora até 2014, quando o país ocupa a 9ª posição, com um *score* de 5,66. Além do tamanho do mercado interno, o GCR avalia que, na era da globalização, os mercados domésticos são substituídos pelos mercados internacionais, onde as exportações podem ser substituídas da demanda doméstica, o que aumenta o tamanho do mercado.

Figura 7 – Potenciadores de Eficiência: segundo grupo de pilares que compõe o GCI





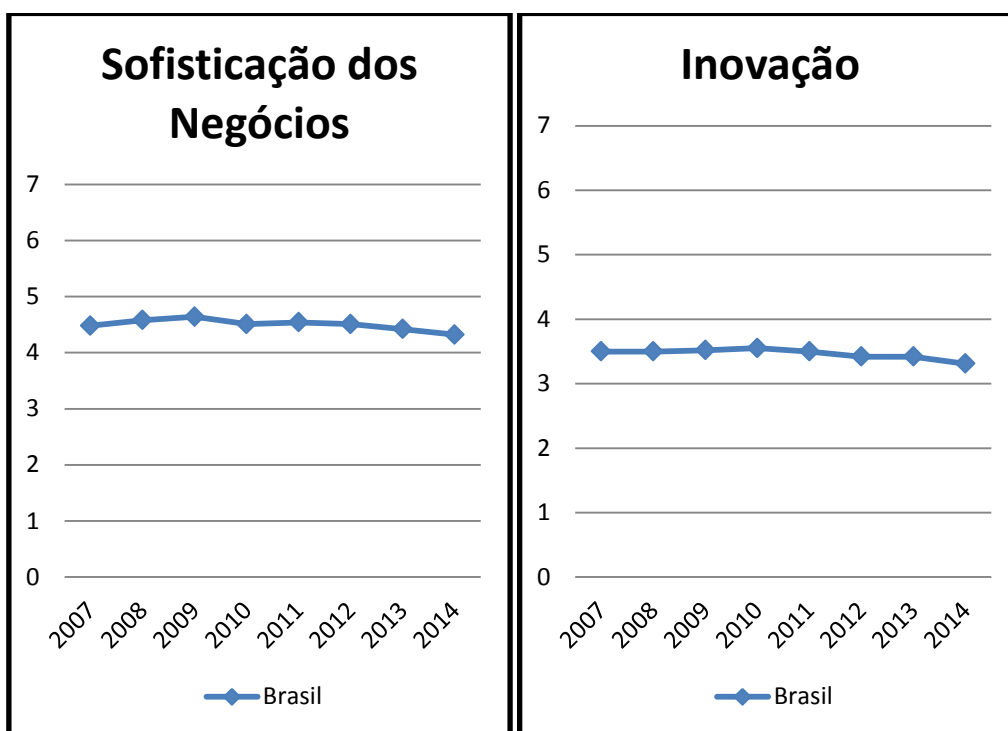
Fonte: *Global Competitiveness Report*, 2006-2007 a 2013-2014

O Último grupo em que se dividem os pilares da competitividade é formado pelos subíndices “Sofisticação dos Negócios” (11º pilar) e “Inovação” (12º pilar). De acordo com o GCR, a sofisticação dos negócios é favorável para uma maior eficiência na produção de bens e serviços. Nesse subíndice, o *score* da economia brasileira sofreu uma leve variação negativa de 2007 para 2014, saindo de 4,48 para 4,32, respectivamente. Da mesma forma, houve uma perda de espaço para outras economias que obtiveram melhores resultados, pois o Brasil recuou da 39ª posição em 2007 para 47ª em 2014. Nesse pilar, a qualidade da rede de negócios mundiais do país e a qualidade das operações e estratégias das empresas são pontos importantes.

O último dos doze pilares se concentra em inovação tecnológica. Segundo GRC, a inovação tecnológica aumenta o ganho de produtividade e, de forma consequente, é capaz de gerar maior valor agregado aos produtos domésticos. O Brasil, em 2007, ocupava a 44ª colocação nesse pilar, com um *score* de 3,5. Nos anos seguintes, praticamente, não houve melhoras nessa pontuação e, a partir de 2011, ela começou a decrescer levemente. Essa estagnação ocorrida de 2007 a 2014 levou o país a perder posições. Dessa forma, no último período de análise, a economia brasileira ocupa a 62ª posição (22 a menos do que em 2007). Para uma melhora nesse subíndice, o GCR

define que é necessário um ambiente propício para a atividade inovadora, proporcionado pelo setor público e privado, ou seja, uma forte aplicação de recursos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) por parte desses setores.

Figura 8 - Fatores de Inovação e Sofisticação: terceiro grupo de pilares que compõe o GCI



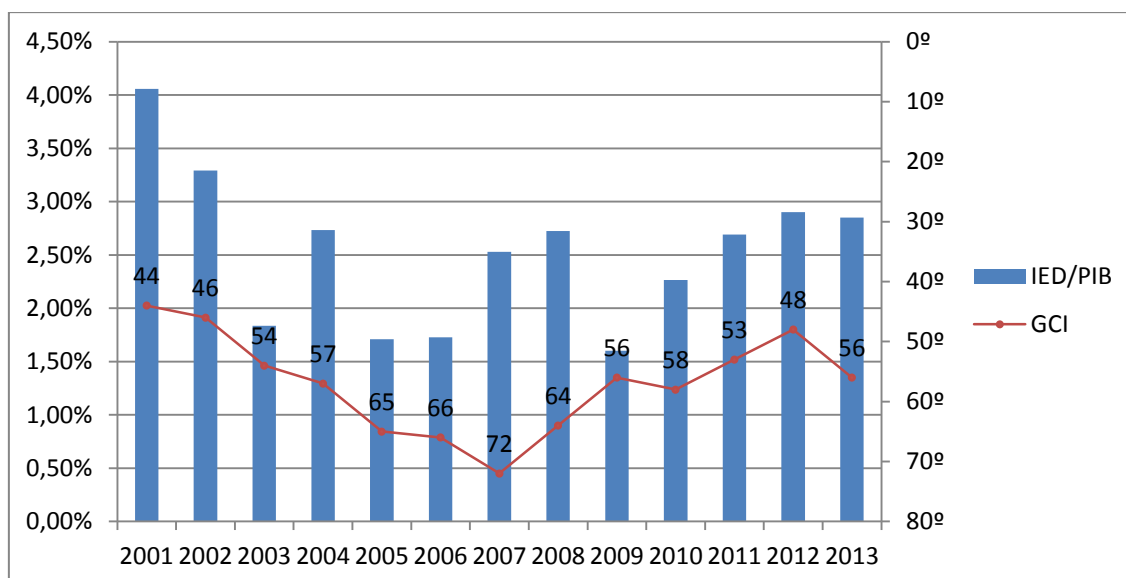
Fonte: *Global Competitiveness Report*, 2006-2007 a 2013-2014

3.5. Relação entre competitividade e IED

Conforme já exposto nesse trabalho, alguns dos 12 pilares que compõe o GCI apresentam-se como importantes variáveis diretas para atração de IED, enquanto outros são indiretamente importantes. Esse fluxo de IED pode alterar importantes fundamentos econômicos responsáveis pelo aumento da produtividade e, conseqüentemente, competitividade nacional. Segundo Nonnenberg *et al* (2004), o movimento de IED é complexo e condicionado a uma série de fatores, que podem ser relativos ao ambiente em que as firmas atuam, às suas características ou ainda depender de aspectos econômicos, sejam eles dos países de origem ou dos países hospedeiros dos IED.

A Figura 9 apresenta a relação entre IED e competitividade no período de 2001 a 2013. O IED é expresso como uma proporção do PIB e comparado com a posição brasileira no *Global Competitiveness Index* (GCI). Dessa forma, busca-se identificar a relação funcional entre as duas variáveis. O primeiro período de análise servirá como base para as observações seguintes. Logo, pode-se avaliar que, de 2001 a 2003, a taxa de IED em relação ao PIB decresceu de pouco mais de 4% para 1,83%, respectivamente. Da mesma forma, o país tornou-se menos competitivo, pois ocupava a 44ª posição no *ranking* em 2001, perdendo 10 posições dois anos depois, tornando-se a 54ª economia em termos competitivos.

Figura 9 – Comportamento da taxa de IED em relação ao PIB e a evolução brasileira no ranking de competitividade



Fonte: Elaboração própria

Separando em dois períodos distintos, graficamente, o Brasil continuou uma tendência de queda no GCI até 2007, quando ocupou a pior posição do período analisado, sendo apenas a 72ª economia mais competitiva do mundo. Porém, o intervalo 2005-2006 foi de estabilidade, pois o país saiu da 65ª para 66ª posição. Um comportamento muito parecido com a taxa de IED na economia que, praticamente, se manteve estável. No entanto, os anos de 2004 e 2007 foram de queda da competitividade e um aumento da participação do IED na economia, ficando acima de 2,5% do PIB. De um modo geral, esse primeiro período (de 2001 a 2007) é de queda da

competitividade brasileira (44º em 2001 para 72º em 2007) e de um recuo da participação de IED na economia (4,06% do PIB em 2001 para 2,53% em 2007).

Em um segundo período (de 2007 a 2013), o Brasil tornou-se mais competitivo, quando obteve melhoras no GCI, saindo de 72º em 2007 para 64º em 2008 e 56º em 2009. O IED acompanhou essa melhora e, em 2008, representava 2,73% do PIB. Já em 2009 essa relação recuou para 1,60%. Nos quatro anos seguintes de análise, observa-se que, com exceção de 2010, a competitividade brasileira obteve a mesma direção do IED. Ou seja, quando o país melhorou sua competitividade, a participação do IED na economia cresceu, como nos períodos de 2011 e 2012. Igualmente, quando houve uma queda da competitividade – como ocorreu de 2012 para 2013 – de forma consequente, a taxa de IED também caiu.

Nesse segundo período (de 2007 a 2013), houve uma melhora da posição brasileira no *ranking* de competitividade global, apresentando, graficamente, uma inclinação positiva para o período. Da mesma forma, o IED aumentou sua participação na economia, recuperando-se aos períodos de ajustes da economia doméstica no primeiro período e, principalmente, aumentando sua participação após a crise mundial de 2008. Avaliando o intervalo 2001-2013, pode-se observar que, em oito, dos doze anos de amostra, a taxa de IED na economia brasileira obteve a mesma direção da competitividade, ou seja, a taxa de IED cresceu ou diminuiu - de acordo com o GCI - em 66,6% do período.

6 – Considerações finais

Para melhorar a competitividade de um país são necessárias políticas econômicas voltadas para o longo prazo, visando diminuição da desigualdade e aumento da produtividade das empresas. Para que isso ocorra, se faz necessário que o Estado forneça as condições apropriadas para as empresas atuarem de forma mais livre, com menos interferência política e carga tributária excessiva. Além disso, um dos fatores determinantes para atração de IED é o nível de infraestrutura do país, pois as empresas também buscam ganho de produtividade através de fatores localizacionais. Dessa forma, um país com estradas, ferrovias, portos e aeroportos desenvolvidos, tende a atrair mais IED do que outra economia, aumento da competitividade da região.

O IED é uma importante fonte de capital para o país, pois é capaz de atrair externalidades positivas, tornando a economia mais produtiva e, conseqüentemente, mais competitiva. O Brasil é um dos principais receptores desse tipo de investimento, o que justifica, em termos líquidos, o crescente fluxo visto – nos últimos anos – de capital externo para o país. Entretanto, quando comparado com a evolução do PIB, há, primeiramente, uma redução dessa proporção, seguida de uma estabilização dessa taxa. Logo, a atratividade do país para o investidor estrangeiro vem se mantendo estabilizada, porém, bem abaixo dos níveis de 2001.

Em termos competitivos, o Brasil não demonstrou bons resultados, apresentando poucas melhoras em seus subíndices. Dessa forma, ficou aquém de outras economias. Isso pode ser justificado pela posição que o país ocupava no primeiro e no último período da amostra. Em 2001, o Brasil era a 44ª economia mais competitiva do mundo. Em 2013, tornou-se a 56ª economia em termos de competitividade. Embora tenha havido melhoras em praticamente todos os doze pilares do *ranking* de competitividade – de 2001 a 2013 – o país perdeu posições, o que indica que outras economias avançaram de maneira mais significativa. Outro ponto importante para salientar é que, durante todo o período estudado, o país não retornou aos níveis competitivos de 2001.

Dessa forma, o presente estudo procurou verificar a existência funcional entre o nível competitivo do Brasil e a atração de IED para o período de 2001 a 2013. O resultado encontrado foi que, em 66,6% do período analisado, o IED moveu-se na mesma direção do nível competitivo do Brasil, ou seja, quando o país se torna mais competitivo, conseqüentemente, há uma participação maior do IED na geração de riqueza do país. Da mesma forma, quando há uma queda do nível competitivo do Brasil, também haverá uma redução dessa participação. Logo, as variáveis estudadas apresentam uma relação entre si.

5. Referências Bibliográficas:

ACIOLY, L., CINTRA, M. A. M. *et al* (2010). “Inserção internacional brasileira: *temas de economia internacional*. 1956-1961.

AMAL, M., SEABRA F. (2007). “Determinantes do investimento externo (IDE) na América Latina: *uma perspectiva institucional*.” *Revista economia* 8.2, p 231-247.

ARRUDA, C. A. *et al.*(2008). “A relação entre crescimento econômico e competitividade: *um estudo sobre a capacidade de previsão do Global Competitiveness Report*”. *Encontro da ANPAD, XXXII*.

ARRUDA, C., ARAUJO, M., KUX, A. (2010). “Competitividade nacional na América Latina: *como a interação Empresa-Estado promove ganhos e assimetrias competitivas*”.

BLANCHARD, O. (2007). *Macroeconomia*.

BLANKE, J., PAUA, F., SALA-I-MARTIN, X. (2003). “*The Global Competitiveness Report (2003-2004)*”.

BRESSER-PEREIRA, L. C., YOSHIKI, N. (2002). “Uma estratégia de desenvolvimento com estabilidade.” *Revista de economia política*. 22.3, p 146-147.

CARMINATI, J. G. DE OLIVEIRA., FERNANDES, E. A. (2013). “O impacto do investimento direto estrangeiro no crescimento da economia brasileira”. p 141-172

CORNELIUS, P. K., BLANKE, J., PAUA, F. (2002). “*The Global Competitiveness Report (2002-2003)*”.

COUTINHO, L., FERRAZ, J. C. (1992) “Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira”.

DE FREITAS, M. C. P. (2009). “Os efeitos da crise global no Brasil: *aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito*”. *Estudos avançados* 23.66, p 125-145.

DE MATTOS, L. B., DA CUNHA CASSUCE, F.C., CAMPOS, A. C. (2007). “Determinantes dos investimentos diretos estrangeiros no Brasil, 1980-2004”.

GOMES, V.; PESSOA, S.; VELOSO, F. (2003). "Evolução da produtividade total dos fatores na economia brasileira: uma análise comparativa". *Pesquisa e planejamento econômico*.

GREGORY, D., OLIVEIRA, M. F. B. A., (2005) "O desenvolvimento de ambiente favorável no Brasil para atração de investimento estrangeiro direto".

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. O. (2005). *Economia Internacional: Teoria e Prática*.

LAPLANE, M. *et al.* (2001). "La inversión extranjera directa en el MERCOSUR: el caso brasileño," In: CHUDNOVSKY, D. (org) "El boom de inversion extranjera directa em el Mercosur".

LIMA JR, A. J., JAYME JR, FREDERICO. (2012). "Investimento direto estrangeiro e implicações macroeconômicas no Brasil". *Análise econômica*.

LOPEZ-CLAROS, A. (2005). "Global Competitiveness Report (2005-2006): Executive Summary".

MARIANO, F. L.; SARTI, F. (1997) "Investimento Direto Estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90".

MASSAINI, S. A. *et al.* (2013). "Empreendedorismo e competitividade global: uma análise multivariada de dados". *Revista Gestão Organizacional* 5.2, p 259-271.

NAKANO, Y. (1994). "Globalização, competitividade e novas regras de comércio mundial. *Revista de Economia Política*, 14 (56).

NONEMBERT, M.J.B. MENDONÇA, M.J.C. (2004). "Determinantes dos investimentos diretos externos em países em desenvolvimento".

OLIVEIRA *et al.* (2008) "A Relação entre Crescimento Econômico e Competitividade: um Estudo da Capacidade de Previsão do Global Competitiveness Report".

PORTER, E. M. (1990). "A Vantagem Competitiva das Nações". p 167-208.

PORTER, E. M. (1999). "A Vantagem Competitiva das Nações".

RIVERA-RIVERA, E. B. B., CASSANO, F. A. (2007). "Políticas financeiras nas estratégias de internacionalização: efeitos do IED sobre as exportações brasileiras."

SALA-I-MARTIN, X. *et al.* (2007). *"The Global Competitiveness Index: Measuring the Productive Potential of Nations"*

SALA-I-MARTIN, X., SCHWAB, K. *et al.* (2008-2014). *"The Global Competitiveness Report (2008-2015)"*.

SCHWAB, K., PORTER M. E., SACHS, J. D. (2001). *"The Global Competitiveness Report 2001-2002"*.

VALENTE, E., FEIJÓ, CARMEM., DE CARVALHO P. G. M. (2012) "Além do PIB: uma visão crítica sobre os avanços metodológicos na mensuração do desenvolvimento sócio econômico eo debate no Brasil contemporâneo." *Estatística e Sociedade* 2.

VIEIRA, E. F. (2002) "Da crítica de Krugman aos modelos de análise do IAD e do IMD".

WORLD BANK. Disponível em: www.worldbank.org

WORLD ECONOMIC FORUM (WEF). (2004). *"Global Competitiveness Report (2004-2005)"*.

WORLD ECONOMIC FORUM (WEF). (2006). *"Global Competitiveness Report (2006-2007)"*.

LIMA JR, A. J., JAYME JR, F. (2008) "Investimento Direto Estrangeiro e Implicações Macroeconômicas no Brasil".

SANDRONI, P. (1999). "Novíssimo dicionário de economia".